



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

TATYANE DA CONCEIÇÃO PEIXOTO

**NOTA TÉCNICA DA CARTILHA INFORMATIVA: ENTRE SONHOS E FRALDAS:
A VERDADE SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA!**

Cachoeira

2025

TATYANE DA CONCEIÇÃO PEIXOTO

**ENTRE SONHOS E FRALDAS: A VERDADE SOBRE GRAVIDEZ NA
ADOLESCÊNCIA!**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Pública, Centro de Artes, Humanidades e
Letras, Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia, como requisito para obtenção do grau
de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof.(o), Dr. Lucas Silva
Cerqueira

Entre sonhos e fraldas: A verdade sobre
gravidez na adolescência.

Cachoeira

2025

TATYANE DA CONCEIÇÃO PEIXOTO

ENTRE SONHO E FRALDAS: A VERDADE SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 22 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
 LUCAS SANTOS CERQUEIRA
Data: 25/08/2025 10:24:11-0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

Lucas Santos Cerqueira
Professor Orientador
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela
Universidade Salvador
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 RAVENA DE MELO LIMA LEITÃO
Data: 25/08/2025 11:34:24-0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

Ravena de Melo Lima Leitão
Psicóloga pela Faculdade Ruy Barbosa
Prefeitura de Salvador

Documento assinado digitalmente
 MAURICIO ALENCA E SILVA BODNACHUK
Data: 25/08/2025 10:53:12-0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

Mauricio Alencar e Silva Bodnachuk
Assistente Social pela Universidade Norte do Paraná
Prefeitura de Salvador

RESUMO

A cartilha informativa Entre sonhos e Fraldas: A verdade sobre gravidez na adolescência é um material educativo e informativo voltado para adolescentes famílias, educadores e profissionais de saúde, com foco na prevenção e compreensão da gestação precoce, especialmente no contexto do Recôncavo baiano. Apresenta de forma clara e acessível os principais fatores de risco, consequência e direito das adolescentes grávidas, além de métodos contraceptivos e políticas públicas que garantem cuidado e proteção essa população. Contém dados atualizados de fontes como a OMS, OPAS, UNICEF E IBGE alertando para os impactos sociais e de saúde da gravidez na adolescência. Valoriza o papel da família, escola, unidades de saúde e comunidade na orientação e acolhimento, fortalecendo o protagonismo juvenil e a construção de projeto de vida. Inclui as medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para situações de risco, e propõe ações intersetoriais de prevenção e cuidado, reforçando a informação como ferramenta de empoderamento e transformação social.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; Cartilha informativa; Prevenção, Saúde

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Estimativa de custos para o plano de implementação.....28

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Orçamento Gráfica 1	30
Tabela 02	Orçamento Gráfica 2	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA ..	11
2.1. Causas da Gravidez na Adolescência	12
2.2. Políticas Públicas e Programas	12
2.3. Consequências da Gravidez Precoce	13
2.4. Justificativa do Estudo	13
3 EPIDEMIOLOGIA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	14
4 POLÍTICA DE SAÚDE	16
5 OBJETIVOS	21
5.1 Objetivo Geral	21
5.2 Objetivos Específicos	21
6 PROBLEMA DE ESTUDO / DIAGNÓSTICO	22
7 CONCEITO E ABORDAGENS TEÓRICAS.....	23
8 DESCRIÇÃO DA CARTILHA	24
9 MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO DA CARTILHA	26
10 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	27
11 ORÇAMENTO	29
12 REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em relatórios de 2023, destaca que a gravidez na adolescência continua sendo um desafio de saúde pública global (Organização Mundial da Saúde, 2023). Segundo a OMS (2023), cerca de 12 milhões de meninas entre 15 e 19 anos dão à luz anualmente, a maioria em países de baixa e média renda (OMS, 2023, Adolescent pregnancy). A OMS alerta que a gestação precoce está associada a maiores riscos de complicações maternas e neonatais, além de impactos sociais como abandono escolar e dificuldades econômicas (OMS, 2023, Adolescent pregnancy). De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a gravidez na adolescência é um problema persistente na América Latina e Caribe, uma das regiões com as taxas mais altas do mundo (2022). Em relatório de 2022, a OPAS enfatiza que a gravidez precoce está ligada a desvantagens socioeconômicas, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. A organização reforça a necessidade de educação sexual integral e acesso a serviços de saúde reprodutiva para reduzir esses índices (OPAS, 2022, Gravidez na adolescência).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em seu relatório de 2023, também destaca a gravidade da gravidez na adolescência, apontando que ela compromete direitos fundamentais de meninas, como educação e saúde. Ressalta-se que meninas grávidas enfrentam riscos de violência, abandono escolar e discriminação. O UNICEF defende políticas públicas voltadas para proteção social, educação e saúde integral como caminho para prevenir esses casos (UNICEF, 2023).

A gravidez na adolescência segue sendo um grande desafio de saúde pública no Brasil, com destaque para os estados da Bahia e regiões do Recôncavo Baiano. Embora haja uma tendência de redução nos números, os dados mais recentes indicam que o problema persists, com impactos sociais e de saúde relevantes. No Brasil, segundo o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC, 2023), aproximadamente 13,5% dos nascidos no Brasil foram de mães adolescentes (10 a 19 anos) (Censo, 2022). Especificamente, a taxa de fecundidade entre adolescentes foi de 22,6 nascimento por 1.000 adolescentes. Além disso, foram registrados 1.200 nascimentos de mães com menos de 14 anos (Censo, 2022).

Existem várias causas que podem fazer com que as adolescentes engravidem; no entanto, a desinformação sobre sexo, direitos sexuais e reprodutivos são os principais motivos, de acordo com a Biblioteca Virtual em Saúde: “a desinformação sobre sexo, direitos sexuais e reprodutivos está entre os principais motivos que levam adolescentes a engravidar” (Biblioteca Virtual em Saúde).

Além disso, aspectos emocionais, psicossociais e contextuais também influenciam nesse processo, como a ausência de apoio familiar, dificuldades socioeconômicas e a falta de acesso a serviços de saúde e proteção social. Conforme apontam Eisenstein et al. (2009), “o uso inadequado de anticoncepcionais, como pílulas e preservativos, também é um fator determinante”, especialmente quando associado à desinformação e barreiras de acesso.

Apesar da existência de políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessa problemática, como o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), um dos primeiros programas instituídos com foco na promoção da saúde e sexualidade dos adolescentes, ainda são observadas lacunas na efetivação de ações (Brasil, 2023). A eficácia dos esforços da rede pública ainda é baixa, o que também é um dos elementos ligados ao assunto.

A gravidez na adolescência apresenta desafios para os sistemas de saúde, educação e assistência social, impactando também as políticas públicas intersetoriais. Entre os desafios enfrentados pelo sistema, destacam-se: na saúde, a gestação precoce eleva o risco de complicações obstétricas, parto antecipado e mortalidade materna e neonatal. É necessário maior investimento em pré-natal, partos de alto risco e na saúde mental das adolescentes mães.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), várias jovens abandonam a escola por conta de gravidez ou maternidade, o que impacta negativamente sua formação profissional e perpetua o ciclo de exclusão social. Conforme o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF, 2023), no campo da assistência social, a demanda por assistência para mães adolescentes, que engloba creches, programas de transferência de renda e acolhimento social, sobrecarrega o sistema. De acordo com o Ministério da Cidadania (2022), muitos jovens enfrentam situações de vulnerabilidade social e familiar que demandam supervisão constante.

O enfrentamento de políticas públicas intersetoriais requer ações conjuntas entre saúde, educação e assistência social. Algumas políticas brasileiras incluem: Programa Saúde na Escola (PSE), que incentiva a educação sexual, a prevenção de gravidez e ISTs diretamente nas escolas, conforme o Ministério da Saúde (2023); além disso, o Plano Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, estabelecido pela Lei 13.798/2019, que institui campanhas anuais de conscientização e prevenção.

A Educação Sexual Integral (2022) estabelece diretrizes para tratar a sexualidade de maneira responsável e elucidativa nas escolas. Os programas Bolsa Família/Auxílio Brasil, apesar de não serem específicos para gravidez precoce, proporcionam suporte social e exigem compromissos escolares e de saúde, contribuindo para a permanência de adolescentes na escola.

A Rede Cegonha-Brasil, atualmente conhecida como Rede Aline, desde 2011, presta assistência humanizada durante a gravidez, parto e pós-parto, incluindo adolescentes, de acordo com o Ministério da Saúde. Algumas consequências ocorrem com o início da vida sexual precoce, como o risco de gravidez não planejada, infecções sexualmente transmissíveis e complicações ginecológicas, conforme aponta a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023).

É importante destacar, ainda, a crescente incidência de relações não consentidas, abusos e agressões sexuais, que figuram como causas da gravidez, sobretudo entre menores de 15 anos (Monteiro; Silva, 2015).

Dessa maneira, o presente trabalho justifica-se pelo fato de a gravidez na adolescência interromper os planos de vida dessas adolescentes, podendo trazer prejuízos econômicos e sociais às adolescentes que se tornam mães precoces. A gravidez na adolescência é reconhecida como tema delicado, não só pelos desafios de saúde física e mental, mas também pelos impactos emocionais e sociais que afetam profundamente a vida das meninas. Segundo o UNICEF (2023), meninas grávidas frequentemente vivenciam sentimentos mistos de medo, insegurança e, em alguns casos, rejeição familiar e social. A OMS (2023) reforça que, além dos riscos clínicos, as adolescentes enfrentam altos níveis de estresse psicológico e vulnerabilidade emocional.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022) destaca que o acolhimento humanizado, com empatia e respeito, é fundamental para reduzir o impacto negativo e ajudar a jovem mãe a construir um novo projeto de vida. O Ministério da Saúde do Brasil (2023) recomenda apoio integral que inclua não apenas atendimento médico, mas também suporte psicossocial e educacional, reconhecendo a gravidez precoce como uma situação de vulnerabilidade que exige atenção intersetorial.

2. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023) destaca que a gravidez na adolescência continua sendo um desafio de saúde pública global. Estima-se que, anualmente, cerca de 12 milhões de meninas entre 15 e 19 anos dão à luz, sobretudo em países de baixa e média renda. A gestação precoce está associada a maiores riscos de complicações maternas e neonatais, além de impactos sociais como abandono escolar e dificuldades econômicas (Adolescent pregnancy, OMS, 2023).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022) afirma que a gravidez na adolescência é um problema persistente na América Latina e no Caribe, regiões que apresentam algumas das taxas mais elevadas do mundo. A entidade enfatiza que a gestação precoce está relacionada a desvantagens socioeconômicas e à perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão, reforçando a necessidade de educação sexual integral e acesso a serviços de saúde reprodutiva.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023) também aponta a gravidade da gestação precoce, destacando que compromete direitos fundamentais, como educação e saúde, e expõe meninas a riscos de violência, abandono escolar e discriminação. A instituição defende políticas públicas voltadas à proteção social, educação e saúde integral.

No Brasil, a gravidez na adolescência permanece como um desafio de saúde pública, com maior incidência nos estados da Bahia e nas regiões do Recôncavo Baiano. Apesar de uma tendência de redução, os dados mais recentes revelam persistência do problema, com impactos sociais e de saúde relevantes.

De acordo com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC, 2023), aproximadamente 13,5 % dos nascidos vivos no país são filhos de mães adolescentes (10 a 19 anos). A taxa de fecundidade nessa faixa etária foi de 22,6 nascimentos para cada 1.000 adolescentes. Registrhou-se ainda o nascimento de 1.200 crianças de mães com menos de 14 anos (Censo, 2022).

2.1. Causas da Gravidez na Adolescência

A Biblioteca Virtual em Saúde (2023) identifica a desinformação sobre sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos como uma das principais causas da gravidez precoce: “a desinformação sobre sexo, direitos sexuais e reprodutivos está entre os principais motivos que levam adolescentes a engravidar”.

Fatores emocionais, psicossociais e contextuais — como ausência de apoio familiar, dificuldades socioeconômicas e falta de acesso a serviços de saúde — também influenciam nesse cenário. Segundo Eisenstein et al. (2009), o uso inadequado de anticoncepcionais, como pílulas e preservativos, constitui fator determinante, especialmente quando associado à falta de informação e a barreiras de acesso.

Situações de abuso, relações não consentidas e violência sexual representam causas graves, sobretudo entre menores de 15 anos (MONTEIRO; SILVA, 2015).

2.2. Políticas Públicas e Programas

Apesar da existência de políticas públicas, como o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), ainda existem lacunas na efetividade das ações (BRASIL, 2023). Entre as principais políticas e iniciativas destacam-se:

- a) Programa Saúde na Escola (PSE), que incentiva a educação sexual, prevenção da gravidez e das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) nas instituições de ensino;
- b) Plano Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituído pela Lei nº 13.798/2019, com campanhas anuais de conscientização;
- c) Educação Sexual Integral (BRASIL, 2022), que estabelece diretrizes para abordar a sexualidade de forma responsável e esclarecedora nas escolas;
- d) Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, que, embora não específico para a gestação precoce, oferece suporte social e estimula a permanência escolar;
- e) Rede Aline (antiga Rede Cegonha), criada em 2011, que presta assistência humanizada durante gravidez, parto e pós-parto, incluindo adolescentes.

2.3. Consequências da Gravidez Precoce

No campo da saúde, a gestação precoce aumenta o risco de complicações obstétricas, parto prematuro e mortalidade materna e neonatal (OMS, 2023).

Na educação, muitas jovens abandonam os estudos devido à gravidez ou maternidade, prejudicando a formação profissional e perpetuando o ciclo de exclusão social (OMS, 2023; UNICEF, 2023).

Na assistência social, há sobrecarga na oferta de creches, programas de transferência de renda e acolhimento social (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

2.4. Justificativa do Estudo

A gravidez na adolescência interrompe planos de vida, ocasionando prejuízos econômicos, sociais e educacionais às jovens mães. Trata-se de um tema delicado, não apenas pelos riscos à saúde física e mental, mas também pelos impactos emocionais e sociais.

O UNICEF (2023) registra que meninas grávidas frequentemente experimentam sentimentos de medo, insegurança e, em alguns casos, rejeição familiar e social. A OMS (2023) reforça que, além dos riscos clínicos, há altos níveis de estresse psicológico e vulnerabilidade emocional.

A OPAS (2022) destaca que o acolhimento humanizado, com empatia e respeito, é essencial para reduzir impactos negativos e contribuir para a construção de novos projetos de vida. O Ministério da Saúde (2023) recomenda apoio integral, que inclua atendimento médico, suporte psicossocial e acompanhamento educacional, reconhecendo a gravidez precoce como situação de vulnerabilidade que requer atenção intersetorial.

3. EPIDEMIOLOGIA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Os adolescentes representam entre 20% e 30% da população mundial. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), das 7,3 milhões de meninas e jovens grávidas no mundo, cerca de 2 milhões têm menos de 14 anos (UNFPA, 2017).

De acordo com o relatório da UNFPA (2017), o Brasil ocupa a sétima posição entre os países da América do Sul com maiores taxas de gravidez na adolescência, apresentando índice de 65 gestações para cada mil meninas de 15 a 19 anos de idade, no período de 2006 a 2015.

A incidência de gravidez nesse grupo etário tende a se intensificar ao longo da adolescência, gerando inúmeros problemas em diversas áreas, pois ocorre em um momento da vida no qual a jovem ainda está em processo de construção da identidade.

No Brasil, conforme dados do Ministério da Saúde, a taxa de gestação na adolescência é elevada, registrando cerca de 400 mil casos por ano (AGÊNCIA PARÁ, 2021). Aproximadamente um em cada sete bebês é filho de mãe adolescente, o que equivale a 48 nascimentos por hora. No ano de 2019, o número de bebês nascidos de mães com 14 anos contabilizou 19.330 registros, sendo que, nesse grupo, a cada 30 minutos uma menina engravidou ou já possui filhos. Entre essas adolescentes, a maioria é negra e seis em cada dez não trabalham nem estudam (IBGE, 2020).

A taxa de fecundidade entre adolescentes de 15 a 19 anos era de 81 por mil em 2000 (DATASUS; SINASC, 2000). Desde então, observa-se queda lenta e gradual, chegando a 48 por mil em 2019 para essa faixa etária (MONTEIRO et al., 2019). No período, a redução foi de 40,7% entre adolescentes de 15 a 19 anos e de 26,5% entre aquelas de 10 a 14 anos, cuja taxa de fecundidade passou de 3,36 por mil em 2000 para 2,47 por mil em 2019.

Em 2018, adolescentes entre 10 e 19 anos representaram 15,5% do total de partos no Brasil, o que correspondeu a 456.128 bebês. Em 2019, houve redução para 14,7% do total de partos (419.252 bebês) (MINISTÉRIO DA SAÚDE; SINASC, 2019). Entre 2000 e 2019, a queda no número de nascidos vivos de mães adolescentes foi de 37,2%, sendo de 26,5% no grupo de 10 a 14 anos e de 40,7% no grupo de 15 a 19 anos.

Segundo dados do DATASUS (2019), as maiores taxas de partos entre meninas de 10 a 14 anos concentram-se na Região Norte: Roraima (7,3/1.000), Amazonas (6,1/1.000) e Acre (5,6/1.000). No Nordeste, destacam-se Maranhão (4,0/1.000) e Alagoas (3,9/1.000). As menores taxas (< 2/1.000) ocorrem no Sudeste, Sul e Distrito Federal. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, a maior frequência também está na Região Norte (74,9/1.000), com destaque para Roraima (110,6/1.000), Amazonas e Acre (84,6/1.000) (MONTEIRO et al., 2019).

Na Bahia, dados da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB, 2019) revelam que cerca de 32,5 mil adolescentes tiveram filhos nesse ano, correspondendo a 17,04% dos nascidos vivos, posicionando o estado como o quinto com mais registros de gravidez na adolescência no Brasil (IBGE, 2020).

4. POLÍTICAS DE SAÚDE

Dado o significativo índice de gravidez na adolescência e sua recorrência, conforme apresentado anteriormente, é crucial implementar medidas preventivas. É fundamental incluir a população adolescente em programas de políticas públicas voltados para a contracepção e orientação sexual, além de tornar a assistência a esse grupo uma prioridade na atenção primária à saúde.

Tais programas devem abordar não apenas os aspectos mencionados, mas também incentivar a educação e o emprego, em como aspectos relacionados ao comportamento, dinâmica familiar e outros temas pertinentes (Domingos,2010).

O termo “políticas públicas” ganhou destaque no Brasil entre as décadas de 190 e 2000, sendo empregado como um equivalente das ações do governo destinadas a atender às necessidades da sociedade. Essas políticas são o produto de um processo político que se desenvolve dentro do quadro institucional e jurídico, estando profundamente enraizadas na cultura política e no contexto social. (Freiras,2021).

Os programas de saúde representam iniciativas governamentais voltadas para a melhoria da saúde da população, sendo implementados por meio de estratégias como campanhas. Seu objetivo é assegurar que todas as pessoas tenham acesso às ações promovidas pelas unidades de saúde (Rocha et al;2008).

No contexto das políticas públicas relacionadas a gravidez na adolescência no Brasil, grande parte das iniciativas assume a forma de campanhas, com o principal propósito de reduzir as taxas de gravidez não planejada entre os adolescentes. Essas campanhas de saúde se caracterizam por enfatizar a prevenção de uma condição específica dentro da comunidade e por um acompanhamento constante das ações propostas (Rochas et al,2008).

Elas se baseiam em abordagem educativas que visam diretamente a comunidade, diferenciando-se, assim, dos sistemas de saúde cujo enfoque se concentra no tratamento de doenças. Nessas campanhas, equipes multiprofissionais desempenham um papel crucial, não apenas atendendo a população, mas também fornecendo informações destinadas a estimular

mudanças nos hábitos das pessoas, com o intuito de evitar possíveis problemas de saúde agravados. (Rochas et al,2008).

Um dos programas pioneiros voltados para a adolescência foi o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD). Lançado em 1989, este programa tinha como foco jovens com idades entre 10 e 19 anos e visava atender às questões relacionadas à sexualidade e a saúde reprodutiva. Além disso, o PROSAD desempenhou um papel fundamental na promoção dos direitos dos adolescentes não possuiam a capacidade fisiológica para gestar e a capacidade psicológica para criar, encarando a gravidez na adolescência como uma questão de saúde pública que poderia impedir o pleno cumprimento da função social dos jovens (Pariz et al,2012).

Mesmo assim, apesar dos esforços do PROSAD, os dados relacionados à gravidez indesejada e não planejada na adolescência continuam a apresentar números preocupantes. Embora tenham ocorrido algumas reduções nos índices desde a implementação do programa até os dias atuais, os números ainda permanecem alarmantes (Monteiro et al;2019), e as políticas públicas destinadas a esse grupo etário ainda continuam fragmentadas e desarticuladas, apesar da existência de diversas iniciativas. Isso nos leva a inferir que essas ações não têm conseguindo, de forma significativa, promover um trabalho intersetorial para abordar de maneira integral as necessidades desse grupo.

Assim, a partir da necessidade de programas mais eficazes, surgiu a Estratégia Saúde da Família (ESF) e, posteriormente, no mesmo contexto, o Programa Saúde da Escola (PSE), que foi criado em 2007(Souza,2017).

A Estratégia Saúde da Família (ESF) evolui para se tornar o alicerce primordial da Atenção Básica, desempenhando um papel fundamental na implementação de programas destinados a lidar com a gravidez na adolescência. Ela oferece acesso gratuito a uma variedade de métodos contraceptivos e orientação, ao mesmo tempo que facilita o contato dos adolescentes com profissionais de saúde (Schmidt,2018).

Por outro lado, o Programa Saúde na Escola (PSE) tem como propósito fornecer informações e educação em saúde aos estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas em todo o país (Brasil,2023).

O Decreto 6.286/07, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), ainda estipula que o Ministério da Saúde e Educação devem colaborar para coordenar a integração entre as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e o Sistema Único de Saúde (SUS). Isso envolve o fornecimento de apoio na articulação, planejamento e execução do PSE, a definição de indicadores para avaliar o programa, a determinação de metas e prioridades de atendimento, bem como a seleção das escolas a serem envolvidas. No entanto, é preocupante notar que as ações de programa de saúde sexual e reprodutiva não estão entre as principais prioridades, o que reflete uma certa negligência diante do aumento da gravidez precoce no país (Freitas, 2021).

Outro recurso elaborado para bordar questões relacionadas à saúde, sobre esse assunto é a “Primeira Infância e Gravidez na Adolescência”, que é uma cartilha publicada entre 2013 e 2014. Esta publicação oferece uma visão abrangente da gravidez na adolescência no Brasil, apresentando dados sobre o número de nascimentos entre meninas com idades entre 10 e 19 anos, com base em sua região de residência. Além disso, a cartilha trata da questão da gravidez precoce e a relaciona com a violência sexual, conforme mencionado no próprio documento (Brasil, 2014).

Em 2017, o Ministério da Cidadania, por meio das secretarias Nacionais de Assistência Social, de renda, da cidadania e de Promoção do Desenvolvimento Humano, em colaboração com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério dos Direitos Humanos, elaboraram o informativo intitulado “Gravidez na adolescência: Impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres”. Neste documento, destaca-se que a prevenção da gravidez na adolescência é uma responsabilidade que transcende a esfera familiar.

A prevenção da gravidez nessa etapa da vida deve envolver ações e intervenções promovidas no âmbito familiar do adolescente e jovem, considerando ainda a perspectiva dos seus territórios de vivência e as ofertas existentes em torno de serviços, ações e programas. Nesse sentido, a atuação das várias políticas públicas na promoção de ações de prevenção é necessária sobretudo quando considerados os diferentes contextos em que a gravidez ocorre na adolescência. Em razão da fase da vida desses indivíduos, a escola torna-se um espaço

estratégico para a promoção de ações de informações e prevenção, pois é onde as/os adolescentes passam boa parte do tempo. (Brasil,2024).

Conforme observado, é crucial considerar o contexto no qual a gravidez ocorre. Quando as ações no âmbito familiar são fortalecidas com o apoio das políticas, tende-se a estabelecer uma série de medidas que visam mitigar os desafios na vida desses adolescentes. Recentemente em janeiro de 2019, uma adição significativa foi feita ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a inclusão do artigo 8ºA, instituída pela Lei nº13.798, que estabelece a semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. O propósito desta semana é disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas destinadas a reduzir os índices de gravidez na adolescência, por meio de atividades especialmente direcionadas ao público adolescentes, realizadas anualmente. Além dessas políticas em nível nacional, há também várias iniciativas públicas implementadas em âmbito estadual e municipal. (Brasil,2024).

No mês de outubro de 2021, foi estabelecido um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar propostas para a criação do Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e da Gravidez na Adolescência. Esta iniciativa é liderada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e conta com a colaboração dos Ministérios da Cidadania, da Educação e da Saúde (Brasil,2024).

O plano Nacional, concebido por meio de um processo de consulta pública apresentou 24 iniciativas distribuídas em cinco eixos estratégicos: promoção e democratização do conhecimento; capacitação de agentes; sensibilização e mobilização; melhoria dos serviços e políticas; e envolvimento da família. (Brasil,2024).

Na última edição da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência a Dra. Renata Seixas, em nome da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)na cerimônia de encerramento de prevenção da Gravidez na Adolescência, contribuiu ponderando:

“Gravidez na adolescência é uma questão social e de saúde pública. Desse modo, é essencial o incentivo à construção de projetos de vida sólidos, para que cada adolescente percorra o seu próprio caminho de desenvolvimento de maneira saudável e consciente. Sendo assim, também é indispensável o investimento contínuo em campanhas e políticas públicas

que promovam a conscientização e a proteção integral dos adolescentes, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” (sbp,2024)

Outras observações importantes foi a do secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do MMFDH, Maurício Cunha, o qual ressaltou:

“A participação de diversos atores com iniciativas em todas as partes do país nos possibilitará ter uma maior abrangência e sucesso neste nosso planejamento. Trabalhando na prevenção e na participação da família, conseguiremos informar nossas crianças e adolescentes para que exerçam sua sexualidade com responsabilidade, de maneira saudável e no tempo certo” (Brasil,2024)

Com isso, é perceptível que, de maneira geral, as aplicações práticas das políticas públicas ocorrem através de intervenções, seja por informativos impressos, feira de saúde ou através de postos de saúde em que as agentes comunitárias fazem visitas domiciliares para orientar adolescentes e familiares sobre contracepção e doenças sexualmente transmissíveis.

Embora esses esforços tenham gerado resultados positivos, ainda existem desafios a serem superados. Isso inclui a necessidade de abordar questões como a preparação dos profissionais de saúde para lidar com a temática da adolescência e garantir um planejamento adequado das ações. Na ausência de programas específicos para adolescentes nas unidades de saúde, os estudos mostram que os profissionais buscam atender essa população da melhor forma possível com os programas existentes. No entanto, isso tem levado a uma sobrecarga de trabalho e a necessidade de revisar as intervenções. Portanto, é essencial incentivar a predisposição das equipes de saúde para implementar programas específicos de atenção à saúde do adolescente (Pariz et al,2012).

Pensando nisso e com base em leituras e pesquisas feita sobre gravidez na adolescência, decidir trazer proposta para o meu trabalho final a construção de uma cartilha informativa. A cartilha “Entre sonhos e Fraldas: A verdade sobre gravidez na adolescência! É de caráter informativo e educativo, contendo dados sobre gravidez precoce, seus impactos, formas de prevenção, direitos da adolescente grávida, rede de apoio e serviços disponíveis no município de Cruz das Almas-BA. A proposta é dialogar especialmente com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, suas famílias e educadores, promovendo conhecimento acessível e acolhedor sobre saúde sexual e reprodutiva.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver uma cartilha informativa sobre gravidez na adolescência, com a finalidade de orientar adolescentes, familiares e comunidade em geral quanto aos riscos, consequências sociais e possibilidades de prevenção dessa condição.

OBJETIVO ESPECIFICO:

A adolescência é uma fase marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais, sendo também um momento crucial para o desenvolvimento da autonomia e da identidade. No entanto, muitas adolescentes enfrentam a gravidez de forma precoce e não planejada, o que pode comprometer seus projetos de vida e expô-las a diversas vulnerabilidades. Diante dessa realidade, torna-se fundamental investir em ações educativas, informativas e de proteção, que contribuam para a prevenção da gravidez na adolescência de forma responsável e cidadã.

1. Disseminar informações claras e acessíveis sobre métodos contraceptivos e direito de reproduutivo, com foco na prevenção da gravidez na adolescência.
2. Promover a conscientização sobre as consequências físicas, emocionais e sociais da gravidez não planejada na adolescência, tanto para gestante quanto para o bebê.
3. Apresentar os principais métodos contraceptivos, destacando a eficácia, formas de uso e acesso, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).
4. Informar sobre direitos das adolescentes grávidas nos âmbitos da saúde, da educação e da proteção social, fortalecendo o acesso a serviços públicos e à cidadania.

PÚBLICO ALVO:

O principal público-alvo são os adolescentes, entre 12 e 19 anos, por estarem diretamente na faixa etária de maior risco. Pais e responsáveis também são contemplados, com o objetivo de orientá-los sobre como abordar o tema com seus filhos. Educadores e profissionais de saúde podem utilizar a cartilha como ferramenta de apoio em atividades educativas. Além disso, ela se destina a toda a comunidade, com a finalidade de sensibilizar a sociedade sobre a importância do tema e promover ações preventivas.

PROBLEMA DE ESTUDO/ DIAGNÓSTICO

A cartilha Entre sonhos e fraldas: a verdade sobre gravidez na adolescência foi idealizada diante do elevado número de gestações precoces no Brasil, fenômeno considerado problema de saúde pública e de impacto social. Dados do Censo 2022 (IBGE) e do relatório Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2023 (FUNDAÇÃO ABRINQ) indicam que 33% da população brasileira está na faixa etária de 0 a 19 anos, sendo a gravidez precoce mais frequente entre adolescentes de baixa renda, baixa escolaridade e residentes em áreas rurais ou periferias.

A gestação na adolescência está associada a riscos como síndromes hipertensivas, anemia, pré-eclâmpsia, parto prematuro, baixo peso ao nascer e morte materna e perinatal (SANTOS et al., 2010; MANN, 2009; FRASER et al., 1995; GOLDENBERG et al., 2005). Além disso, provoca repercussões sociais, como evasão escolar, sobrecarga financeira familiar e dificuldades emocionais (SOUZA, 2004; DRUCKER; BEARMAN, 2004).

Apesar de políticas públicas, como a Lei nº 13.798/2019, e da oferta de métodos contraceptivos no Sistema Único de Saúde (SUS), a prevenção ainda enfrenta desafios, sobretudo pela falta de informação e início precoce da vida sexual (CABRAL, 2003; LOPES, 2013).

CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS

A faixa etária correspondente à adolescência compreende aproximadamente de 20% a 30% da população em escala global. De acordo com estimativas do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), esse grupo representa uma parcela expressiva da sociedade mundial, o que reforça a importância de políticas públicas voltadas à garantia de seus direitos, saúde e desenvolvimento integral.

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (2017), o Brasil tem a sétima maior taxa de gravidez de adolescentes da América do Sul, com índice de 65 gestações para cada mil meninas de 15 a 19 anos, no período de 2006 a 2015. A incidência da gravidez na adolescência tem se acelerado, gerando inúmeros problemas em diversas áreas, por ocorrer em um momento da vida no qual a adolescente não está preparada e ainda se encontra em fase de construção de sua identidade.

No ano de 2018, adolescentes entre 10 e 19 anos representaram 15,5% dos partos registrados no Brasil, totalizando 456.128 nascimentos. Em 2019, essa proporção caiu para 14,7%, com 419.252 partos. Esses números revelam uma queda de 37,2% nos nascidos vivos de mães adolescentes entre 2000 e 2019. Ao analisar por faixa etária, observa-se que a redução entre meninas de 10 a 14 anos foi de 26,5%, enquanto entre aquelas com 15 a 19 anos a diminuição chegou a 40,7%, conforme dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Segundo dados do DATASUS (2019), as maiores taxas de partos em meninas de 10 a 14 anos foram registradas na Região Norte do Brasil, com destaque para Roraima (7,3 por mil), Amazonas (6,1 por mil) e Acre (5,6 por mil). No Nordeste, os estados com maiores índices foram Maranhão (4 por mil) e Alagoas (3,9 por mil). Já as taxas mais baixas, inferiores a 2 por mil, foram observadas nas regiões Sudeste, Sul e no Distrito Federal.

Em relação às adolescentes de 15 a 19 anos, a incidência de partos também foi mais elevada na Região Norte, com média de 74,9 nascimentos a cada mil adolescentes. Roraima liderou com 110,6 por mil, seguido por Amazonas e Acre, ambos com 84,6 por mil (MONTEIRO et al., 2019).

Na Bahia, dados da SESAB revelam que cerca de 32,5 mil adolescentes tiveram filhos em 2019, correspondendo a 17,04% dos nascidos vivos, colocando o estado como o quinto com mais registros de gravidez na adolescência no Brasil (IBGE).

BREVE DESCRIÇÃO DA CARTILHA

A cartilha é ilustrada e organizada de maneira didática, facilitando a compreensão por parte dos adolescentes, suas famílias e os profissionais que atuam diretamente com essa população. Durante o processo de elaboração, foi realizada uma breve análise de materiais impressos disponibilizados pela Secretaria de Saúde do município de Cruz das Almas (BA) e da região do Recôncavo Baiano. Observou-se que muitos desses materiais continham excesso de textos jurídicos e técnicos, com trechos da legislação pouco acessíveis para adolescentes. Essa constatação reforçou a necessidade de produzir um material mais próximo da realidade dos jovens, com linguagem adequada, visual atrativo e conteúdo educativo.

O desenvolvimento da cartilha ocorreu ao longo de quatro meses, envolvendo pesquisa bibliográfica, leitura de artigos e organização dos dados de forma pedagógica e informativa. As imagens utilizadas são de acesso público, com o objetivo de complementar o conteúdo de maneira ética e acessível.

O material reúne informações sobre os fatores que contribuem para a gravidez na adolescência, os impactos dessa vivência, os métodos contraceptivos disponíveis no SUS, os direitos das adolescentes gestantes nos âmbitos da saúde, educação e assistência social, bem como as redes de proteção e apoio existentes. Todos esses temas foram tratados com clareza e empatia, buscando garantir que o público-alvo comprehenda e se identifique com o conteúdo apresentado.

As principais características da cartilha informativa são:

- a) linguagem acessível e direta, voltada para adolescentes e seus contextos sociais;
- b) conteúdo ilustrado e organizado de forma didática;

- c) base em evidências científicas e legislação nacional (como o ECA e a Lei nº 13.798/2019);
- d) apresentação dos direitos das adolescentes grávidas, com foco no acesso aos serviços públicos;
- e) ênfase em políticas públicas e redes de apoio (como UBS, CRAS, CREAS e escolas);
- f) adaptação ao contexto regional do Recôncavo Baiano, com análise crítica dos materiais existentes;
- g) produção ética e educativa, com imagens de domínio público e foco em empatia e acolhimento.

FORMATO

- Impressão: frente e verso.
- 29 páginas
- Imagens obtidas do aplicativo Canva
- Tamanho da página: A4 (15x21)
- Cores 4x4, ou seja, material totalmente colorido em ambos os lados Papel couchê sendo capa e fundo papel fotográfico Acabamento: Encadernação com espiral plástico.
- Fonte: Times New Roman

MÉTODO ADOTADO NO DESENVOLVIMENTO DA CARTILHA

A construção da cartilha informativa Entre sonhos e fraldas: A verdade sobre gravidez na adolescência foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, descritiva e com caráter educativo, fundamentada em dados secundários oficiais, legislações pertinentes e literatura técnico-científica, voltada à elaboração de um material acessível e didático. A finalidade da cartilha é contribuir para a conscientização da população jovem e ampliar o diálogo entre os setores de saúde, educação e assistência social.

O estudo foi desenvolvido com base na realidade epidemiológica e social do município de Cruz das Almas, localizado no estado da Bahia, que possui população estimada em 63.197 habitantes (IBGE, 2022), sendo significativa a proporção de adolescentes de 10 a 19 anos. As áreas cobertas pelas Unidades de Saúde da Família (USF) foram consideradas como referência para o levantamento de dados.

Foram utilizados dados secundários de domínio público, obtidos por meio das seguintes fontes: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), que evidenciou que, em Cruz das Almas, aproximadamente 15% dos nascimentos registrados entre 2021 e 2023 ocorreram em mães adolescentes (10 a 19 anos); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para levantamento da população adolescente no município, segundo faixa etária e sexo; relatórios técnicos da Secretaria Municipal de Saúde de Cruz das Almas, referentes à atenção básica e saúde da mulher; além de documentos de organismos internacionais, como UNICEF, OPAS/OMS e diretrizes do Ministério da Saúde, que subsidiam ações de prevenção e promoção da saúde na adolescência.

A cartilha foi elaborada segundo as seguintes etapas metodológicas: levantamento e análise do diagnóstico situacional local; estudo das principais causas e impactos da gravidez na adolescência; definição do conteúdo com linguagem acessível ao público-alvo; e análise de materiais de referência, como a cartilha Gravidez Tem Hora e Não é Agora (24/01/2023 – Pan-International Brasil) e documentos em PDF voltados a adolescentes, famílias, educadores e profissionais de saúde, disponíveis em plan.org.br.

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

A cartilha “Entre sonhos e fraldas: A verdade sobre gravidez na adolescência” terá uma divulgação que alcance efetivamente o público-alvo — adolescentes, famílias e profissionais de saúde. O plano de divulgação contemplará ações integradas e estratégias em espaços comunitários, escolares e virtuais. A proposta é ampliar o acesso à informação de forma educativa, acolhedora e participativa.

Após a apresentação e aprovação da cartilha como Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), além de ser submetida para publicação no site da UFRB, será apresentada às Secretarias de Saúde e de Educação do município de Cruz das Almas.

- a) Ações em escolas públicas e privadas: realização de palestras educativas sobre gravidez na adolescência, distribuição gratuita da cartilha impressa aos estudantes, rodas de conversa e oficinas de saúde.
- b) Parceria com unidades de saúde e CRAS: entrega das cartilhas nas UBS (Unidade Básica de Saúde), USF (Unidade de Saúde da Família), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), além da capacitação de agentes comunitários de saúde para utilizarem a cartilha em visitas domiciliares.
- c) Divulgação nas redes sociais e meios digitais: publicação de trechos ilustrativos da cartilha no Instagram, Facebook e grupos de WhatsApp, criação de cards informativos.
- d) Parcerias institucionais e comunitárias: apoio de escolas, igrejas e associações de bairro.

e) Apoio de conselhos tutelares: participação em eventos comunitários, feiras de saúde e encontros de jovens.

Quadro 1 -Estimativa de custos para o plano de implementação

Item	Quantidades	Valor unitário	Custo total
Impressão da cartilha	500	R\$ 4,00	R\$ 2.000,00
Material de apoio (papel, cartolina, canetas, brindes educativos)	10 kits	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
Alimentação e água para roda de conversas e oficinas.	5 eventos	R\$ 150,00	R\$ 750,00
Divulgação em redes sociais	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Transporte e logística		R\$ 500,00	R\$ 4.550,00

ORÇAMENTO

Após a apresentação e aprovação da cartilha pela banca examinadora, bem como sua apresentação às Secretarias Municipais, será disponibilizada a planilha de custos para a confecção do material, cuja responsabilidade ficará a cargo da Prefeitura Municipal.

Os valores estimados estão descritos nas Tabelas I e II. Considerando que a cartilha será voltada especificamente ao município de Cruz das Almas, a proposta foi encaminhada unicamente à Prefeitura local. Para elaboração do orçamento, realizou-se uma pesquisa de preços em duas gráficas da cidade. A partir dos dados obtidos, foram elaboradas as tabelas comparativas, apresentando os valores propostos por cada uma.

Para a produção da cartilha, a Prefeitura terá um custo aproximado de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) na primeira gráfica e R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais) na segunda gráfica. Esses valores correspondem ao somatório dos serviços de revisão e redação, design e encadernação.

Os valores poderão ser negociados caso haja aumento significativo na quantidade de exemplares impressos ou alterações decorrentes da variação de preços entre o período da pesquisa e a efetiva execução do trabalho.

Tabela 1 – Orçamento Gráfica 1

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Revisão e redação	1	2.500,00	2.500,00
Design gráfico	1	3.000,00	3.000,00
Impressão e encadernação	1	6.000,00	6.000,00
Total			11.500,00

Fonte: Dados da pesquisa orçamentária em gráficas de Cruz das Almas (2025).

Tabela 2 – Orçamento Gráfica 2

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Revisão e redação	1	2.200,00	2.200,00
Design gráfico	1	2.900,00	2.900,00
Impressão e encadernação	1	5.000,00	5.000,00
Total			10.100,00

Fonte: Dados da pesquisa orçamentária em gráficas de Cruz das Almas (2025).

Para qualquer tipo de serviço de contratação, as prefeituras exigem a realização de processo licitatório, o qual é avaliado pelos setores competentes, incluindo as secretarias, o setor de planejamento e a comissão de licitação. Somente após essa etapa é possível adquirir qualquer bem, independentemente de sua natureza.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A. A. S.; CORRÊA, R. da G. C. F.; ROLIM, I. L. T. P.; HORA, J. M.; LINARD, A. G.; COUTINHO, N. P. S.; OLIVEIRA, P. da S. Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 5, p. 1087–1094, 2017.
- ALVES, E. D.; MUNIZ, M. C. V.; TELES, C. C. G. D. Estudos sobre gravidez na adolescência: a constatação de um problema social. Científica. **Ciências Biológicas e Saúde**, v. 12, n. 3, p. 49-56, 2010.
- BERLOFI, L. M. et al. Prevenção da reincidência de gravidez em adolescentes: efeitos de um programa de planejamento familiar. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 196-200, 2006.
- BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Ministério da Saúde. 01 a 08/02 – Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/01a0802-semana-nacional-de-prevencao-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia/>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio 2011.
- BRASIL. Fundação ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. Disponível em: <https://www.fundabrinq.org.br>. Acesso em: 14 out. 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estatísticas da Criança e do Adolescente 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. 2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico e estimativas populacionais de Cruz das Almas (BA). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. **Institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 4 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.049, de 03 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a comunicação compulsória pelas instituições de ensino públicas e privadas quanto da existência de gravidez de aluna com menos de 14 anos idade. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Brasília, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Consulta pública vai reunir sugestões para o Plano Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/janeiro/consultapublicavaireunirsugestoes-para-o-plano-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CAETANO, A. J. A gravidez na adolescência: uma questão a ser enfrentada. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 1, p. 139–147, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-737220012000100016>.

EISENSTEIN, E.; ANDRADE, A. C.; TAVARES, M. Gravidez na adolescência: entre o direito e a exclusão. *Revista de Pediatria*, 2009.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Lança edição de 2023 no cenário da Infância e Adolescência no Brasil. Portal Ceará. Disponível em: <https://www.fadc.org.br>.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Gravidez na adolescência.** Relatório global, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org>.

LIMA, A. C. M. A sexualidade e o adolescente: a escola como espaço de discussão. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 22, p. 13-26, 2004.

LOPES, M. J. M. Gravidez na adolescência: fatores associados e consequências. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 86-92, 2013.

MANN, L. M. Gravidez na adolescência: aspectos sociais, biológicos e psicológicos. *Revista Ciência & Saúde, Brasília*, v. 2, n. 1, p. 35-44, 2009.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Relatório de ações sociais, 2022. Disponível em: <https://cidadania.gov.br>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC. Brasil, 2023. Disponível em: [https://datasus.saude.gov.br](https://.datasus.saude.gov.br).

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde; UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. A Situação da Gravidez na Adolescência no Brasil. Brasília: OPAS/UNICEF, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt>. Acesso em: jul. 2025.

SANTOS, M. I. et al. Gravidez na adolescência: uma revisão de literatura. *Revista Enfermagem Integrada*, Ipatinga, v. 3, n. 1, p. 273-281, 2010.

SANTOS, M. I.; NOGUEIRA, M. A. Maternidade precoce e suas implicações na vida da adolescente. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2009.

SOUZA, S. I.; MIRANDA, A. T. Gravidez na Adolescência. *Adolescência & Saúde*, 2004; 1(1):27-30.

BRASIL. Secretarias Nacionais de Assistência Social, de Renda da Cidadania, de Promoção do Desenvolvimento Humano, todas do Ministério da Cidadania, com contribuições da Secretaria.